



Maestro Locadora de Veículos S.A.

Informações contábeis
intermediárias em
30 de junho 2012

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	11

Relatório da Administração

O primeiro semestre de 2012 foi marcado por importantes conquistas e pelo cumprimento de objetivos pertinentes à nova fase da Maestro, iniciada após a capitalização em Outubro do ano passado.

Na atividade comercial, fechamos os primeiros seis meses com uma carteira de 63 clientes, gerando receita líquida de locação de R\$ 12,4 milhões com 2.489 veículos de frota total, alcançando o valor a mercado. Concomitantemente houve avanços significativos na qualidade desta carteira, refletida em maior diversificação entre setores de atuação, maior pulverização por cliente, melhor perfil de crédito e rentabilidade dentro dos parâmetros planejados.

A equipe comercial foi estruturada e reforçada para atender os objetivos da companhia para os próximos meses e no médio e longo prazos.

A venda de veículos, um dos mais importantes pilares de valor para o setor, teve um desempenho satisfatório apesar da redução do IPI ocorrida a partir de abril. A Companhia avaliou o impacto da isenção do IPI e com base nas perspectivas futuras constituiu no primeiro semestre *impairment* de R\$ 320 mil.

Como principais bases de sustentação deste desempenho, destacamos a continuidade de uma política de gestão de preço conservadora (sem prejuízo de competitividade) e a abertura da primeira loja no canal varejo em Junho/2012.

Toda a frota da Maestro em 30/06/2012 reflete valores previstos de venda no canal atacado, com o desconto praticado historicamente. Tendo em vista a abertura de loja própria, o ganho incremental de vendas de autos usados no varejo, incluindo receitas acessórias como F&I, deverá ser suficiente para compensar a redução do IPI (mesmo que, hipoteticamente, esta redução fosse permanente), cobrir custos fixos na estrutura de vendas da loja e auferir resultado positivo.

Em relação à gestão do endividamento, foram feitas duas importantes captações com bancos de primeira linha totalizando aproximadamente R\$ 14,5 milhões. Estas operações têm característica de giro de garantias (o que aumentará significativamente a flexibilidade financeira da Maestro no médio/longo prazos), tem prazo total de 3 anos (maior que o prazo médio dos contratos com clientes) e foram tomados a um custo menor que a média ponderada da dívida pre-existente.

Adicionalmente, custos da instalação do novo escritório administrativo da empresa à Rua Cenno Sbrighi (aqueles não lançados como investimento), e a duplicação de aluguéis durante os meses de reformas de tal novo escritório impactaram negativamente em R\$ 100 mil o resultado da empresa.

O resultado líquido de R\$ 4.442 mil foi impactado positivamente pela constituição de imposto de renda e contribuição social diferido líquido no valor de R\$4.982 (veja nota explicativa 9).

Para o segundo semestre de 2012 a Maestro continuará sua rota planejada de crescimento responsável capturando as oportunidades de mercado alicerçada no seu bom relacionamento com as principais montadoras, o que continuará garantindo descontos competitivos, em estruturas de financiamento de prazo e custo consistentes, e em canais de venda de usados estruturados como as melhores empresas do setor, com loja própria, o que deve resultar em redução de depreciação advinda do menor desconto do canal de venda próprio quando comparado ao desconto do canal atacado.

As informações não diretamente derivadas das informações contábeis intermediárias como, por exemplo, informações sobre o mercado, quantidade de veículos, planos futuros, não foram revisadas pelos auditores independentes.



KPMG Assurance Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas e Diretores da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Maestro Locadoras de Veículos S.A. (“Companhia”), em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.



Outros assuntos

Nós chamamos a atenção para o fato que as informações intermediárias em 30 de junho de 2011, não foram revisadas ou auditadas por nós nem por outros auditores e estão sendo apresentadas unicamente para fins de comparabilidade. Dessa forma nós não expressamos nenhuma conclusão ou opinião sobre elas.

São Paulo, 31 de agosto de 2012

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP023228/O-4

Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC 1RJ092095/O-8 S-SP

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011		Nota	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	13.407	15.426	Fornecedores	11	3.604	2.400
Contas a receber de clientes	7	5.382	4.763	Empréstimos e financiamentos	12	14.513	15.279
Veículos em desativação para renovação da frota	8	3.182	5.396	Consórcios a pagar	13	3.038	3.071
Impostos a recuperar		607	243	Salários, encargos e contribuições sociais		329	251
Despesas antecipadas		1.123	265	Obrigações tributárias		81	60
Outras contas a receber		428	134	Outras contas a pagar		947	882
Total do ativo circulante		24.129	26.227	Total do passivo circulante		22.512	21.943
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	14	5	5	Empréstimos e financiamentos	12	24.150	21.201
Impostos diferidos	9	863	-	Consórcios a pagar	13	2.046	4.265
Imobilizado	10	49.605	46.748	Impostos diferidos	9	-	4.119
Total do ativo não circulante		50.473	46.753	Provisão para contingências	14	266	266
				Total do passivo não circulante		26.462	29.851
Total do ativo		74.602	72.980	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	30.535	30.535
				Prejuízos acumulados		(4.907)	(9.349)
				Total do patrimônio líquido		25.628	21.186
				Total do passivo e patrimônio líquido		74.602	72.980

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Receita líquida	16	20.819	12.067
Custos de locação de venda de veículos	17	<u>(15.078)</u>	<u>(5.493)</u>
Lucro bruto		<u>5.741</u>	<u>6.574</u>
Outras (Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	18	(4.336)	(3.803)
Outras receitas operacionais		<u>22</u>	<u>69</u>
		<u>(4.314)</u>	<u>(3.734)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.427</u>	<u>2.840</u>
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	19	(2.591)	(2.491)
Receitas financeiras	19	<u>624</u>	<u>39</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(1.967)</u>	<u>(2.452)</u>
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		<u>(540)</u>	<u>388</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<u>4.982</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do período		<u><u>4.442</u></u>	<u><u>388</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2011 (não auditado)		<u>405</u>	<u>(4.654)</u>	<u>(4.249)</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>388</u>	<u>388</u>
Saldos em 30 de junho de 2011 (não auditado)		<u>405</u>	<u>(4.266)</u>	<u>(3.861)</u>
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(5.083)</u>	<u>(5.083)</u>
Aumento de capital	15	<u>30.130</u>	<u>-</u>	<u>30.130</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011		<u>30.535</u>	<u>(9.349)</u>	<u>21.186</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>4.442</u>	<u>4.442</u>
Saldos em 30 de junho de 2012 (não auditado)		<u><u>30.535</u></u>	<u><u>(4.907)</u></u>	<u><u>25.628</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

(em milhares de Reais)

	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	4.442	388
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.982)	-
Depreciação	2.872	3.988
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	678	-
Encargos financeiros	2.416	2.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	353	-
Provisão para perda dos veículos em desativação para renovação de frota	320	-
Outras provisões	100	51
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) em contas a receber de clientes	(972)	(1.574)
Redução em veículos em desativação para renovação de frota	8.603	-
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(364)	143
(Aumento) em despesas antecipadas	(858)	(631)
(Aumento) em outras contas a receber	(294)	(173)
Aumento (redução) em fornecedores	1.204	(2.609)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	65	(180)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>13.583</u>	<u>1.572</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(13.117)</u>	<u>(5.335)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(13.117)</u>	<u>(5.335)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de mútuos e empréstimos com partes relacionadas	-	11.208
Captação de empréstimos e financiamentos e contratos de arrendamento mercantil	10.707	-
Amortização de empréstimos, arrendamento mercantil e consórcios	(10.352)	(7.800)
Juros pagos	<u>(2.840)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(2.485)</u>	<u>3.408</u>
Diminuição em caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.019)</u>	<u>(354)</u>
Demonstração da diminuição em caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	15.426	407
No fim do período	<u>13.407</u>	<u>53</u>
	<u>(2.019)</u>	<u>(354)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são atualmente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), em consonância com normas, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias estão de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e

- Nota 8 - Provisão para redução ao valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - depreciação, vida útil e valor residual da frota; e
- Notas 14 - Provisão para contingências.

e. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada para o período findo em 30 de junho de 2012, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e

mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Veículos ¹	2 - 3 anos	2 a 3 anos
Equipamentos de Informática	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Rede de Telefonia	5 anos	5 anos

¹ A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

c. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

d. Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, como veículos em desativação para renovação da frota, imobilizado e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Receita líquida operacional

i. Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

ii. Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a

Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

g. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício e do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Determinação do valor justo

Nas políticas contábeis e na elaboração das informações contábeis intermediárias, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

O valor justo de contas a receber de clientes e e outras contas a receber é estimado como o valor

presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

c. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

5 Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a. Risco de mercado

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. Embora o endividamento ainda apresente em sua maioria linhas bancárias pré-fixadas, iniciou-se no último trimestre de 2011, movimento no sentido de aumentar a participação de linhas pós-fixadas, visando capturar tendência de queda de juros para os próximos anos.

Em 30 de junho de 2012, 90% do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

b. *Risco operacional*

Risco Operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

c. *Risco de crédito*

Risco de Crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do Risco de Crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

d. *Risco de liquidez*

O risco de Liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de Caixa: com grande ênfase na previsibilidade do Capex Líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.

- Adoção de Caixa Mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Total do passivo circulante e não circulante	48.974	51.794
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(13.407)	(15.426)
	35.567	36.368
Total do Patrimônio Líquido	25.628	21.186
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 30/06	139%	172%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do período/exercício:

	30/06/2012	31/12/2011
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	(43.747)	(43.816)
Caixa e equivalentes de caixa	13.407	15.426
Exposição Líquida	(30.340)	(28.390)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Caixa e bancos	260	1.706
Aplicações financeiras	13.147	13.720
	13.407	15.426

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI-C) e são concentradas em bancos de 1º linha, classificadas pelas principais agências de *rating*.

7 Contas a receber de clientes

	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Circulante		
Locação de veículos	5.953	4.983
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(571)</u>	<u>(220)</u>
	<u>5.382</u>	<u>4.763</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
À Vencer	2.541	2.670
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	727	743
De 61 a 90 dias	290	338
De 91 a 180 dias	440	1.072
Acima de 180 dias	<u>1.955</u>	<u>220</u>
	<u>5.953</u>	<u>4.983</u>

Dentre os títulos com vencimento acima de 180 dias, e elegíveis à provisão para créditos de liquidação duvidosa, estão clientes contra os quais existe ação de cobrança, cujo êxito, conforme nossos assessores legais são prováveis ou possíveis. Esses clientes não estão contempladas em nossa base de cálculo para a provisão para créditos de liquidação duvidosa e serão acompanhados até o final do ano onde, e, se necessário, serão adicionados à base de cálculos da provisão ou baixados para resultado.

O valor em atraso dos clientes que existem ações de cobrança o período em que os montantes encontram-se vencidos estão demonstrados conforme quadro abaixo:

	A vencer	Vencidos até 180 dias	Vencidos acima 180 dias	Totais
Contas a receber em cobrança	125	560	1.385	2.070
Total Geral				

Adicionalmente foi constituída provisão adicional de R\$ 351 para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ficou conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2011	(220)
Reversão da provisão	-
Constituição da provisão	<u>(351)</u>
Saldo em 30/06/2012 (não auditado)	<u>(571)</u>

8 Veículos em desativação para renovação da frota

	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Veículos	3.502	5.396
Provisão para perda do valor recuperável	<u>(320)</u>	<u>-</u>
	<u>3.182</u>	<u>5.396</u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

Em junho de 2012, após a medida provisória que reduziu o IPI na venda de veículos novos, o mercado de seminovos também sofreu uma redução no preço de venda de seus veículos. Conforme as vendas realizadas no mês de julho e agosto, foi possível verificar que esta perda ficou em aproximadamente 9% do valor residual dos veículos. Desta forma, constituímos em junho de 2012, para os nossos veículos destinados à venda uma provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 320.

9 Impostos diferidos

Durante o exercício de 2012, a Companhia, na expectativa de gerar lucro tributável suficiente para compensar o imposto diferido ativo integralmente nos próximos anos, reconheceu em suas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012 o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de impostos de renda e contribuição social no montante de R\$ 8.530.

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos períodos comparativos:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Ativos (não auditado)	Passivos (não auditado)	Líquido (não auditado)	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base						
Negativa de IRPJ e CSLL	8.530	-	8.530	-	-	-
Ajuste de Arrendamento						
Mercantil	-	5.003	- 5.003	-	2.234	2.234
Ajuste de depreciação	-	2.893	- 2.893	-	2.050	2.050
Outras adições temporárias	<u>229</u>	<u>-</u>	<u>229</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>165</u>
Totais	<u>8.759</u>	<u>7.896</u>	<u>863</u>	<u>165</u>	<u>4.284</u>	<u>4.119</u>

A Companhia está demonstrando os saldos de impostos diferidos de maneira líquida no balanço patrimonial nos períodos comparativos.

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 é de R\$ 4.982.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	30/06/2012 (não auditado)
Ativo não circulante	
Outras diferenças temporárias	188
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	25.089
	<u>25.277</u>
Passivo não circulante	
Ajuste de depreciação	(2.479)
Ajuste de arrendamento Mercantil	(8.145)
	<u>(10.624)</u>
Total das diferenças temporárias	<u>14.653</u>
Alíquota imposto de renda (25%)	3.663
Alíquota contribuição social (9%)	1.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	<u><u>4.982</u></u>

Em 30 de junho de 2011 não houve registro de imposto de renda e contribuição social corrente ou diferidos (informação não revisada ou auditada pelos auditores independentes). Por essa razão está sendo demonstrado acima somente os efeitos de 30 de junho de 2012.

10 Imobilizado

Movimentação do Custo

	31/12/2011		30/06/2012 (não auditado)		
	Saldos	Adições	Baixas	Transferência para renovação ²	Total
Veículos operacionais	53.538	5.733	(499)	(9.228)	49.544
Equipamentos de informática e telefonia	46	49	(1)	-	94
Móveis e utensílios	7	-	-	-	7
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	27
Benfeitorias	41	89	-	-	130
Imobilizações em curso	-	<u>7.245</u>	-	-	<u>7.245</u>
	<u>53.659</u>	<u>13.116</u>	<u>(500)</u>	<u>(9.228)</u>	<u>57.047</u>

Movimentação da depreciação acumulada

	V.U ³	30/06/2012 (não auditado)				Total
		Saldos em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfer. Renovação ⁴	
Veículos operacionais	2-3	(6.903)	(2.866)	74	2.267	(7.428)
Equipamentos de informática e telefonia ⁵	5-10	(4)	(2)	-	-	(6)
Móveis e utensílios	10	(4)	(2)	-	-	(6)
Móveis em arrendamento	10	-	-	-	-	-
benfeitorias	10	-	(2)	-	-	(2)
Imobilizações em curso	10	-	-	-	-	-
		<u>(6.911)</u>	<u>(2.872)</u>	<u>74</u>	<u>2.267</u>	<u>(7.442)</u>
Imobilizado líquido		<u>46.748</u>	<u>10.244</u>	<u>(426)</u>	<u>(6.961)</u>	<u>49.605</u>

11 Fornecedores

	30 /06/ 2012 (não auditado)	31/12/2011
Montadoras	2.929	1.811
Fornecedores diversos	675	589
	<u>3.604</u>	<u>2.400</u>

² Transferência de desativação para renovação de frota

³ V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 3, item b., subitem (iii).

⁴ Transferência de desativação para renovação de frota

⁵ Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de Telefonia e 10 para equipamentos de informática.

12 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia no período 2012/2011 está resumido nos quadros abaixo:

30 de junho de 2012 (não auditado)								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	249	649	898	2
Giro	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2016	7.389	12.474	19.863	51
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	4.638	9.569	14.207	37
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,32 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	<u>2.299</u>	<u>1.590</u>	<u>3.889</u>	<u>10</u>
					<u>14.575</u>	<u>24.282</u>	<u>38.857</u>	<u>100</u>
Despesa antecipada s/ empréstimos					<u>(62)</u>	<u>(132)</u>	<u>(194)</u>	
Total					<u>14.513</u>	<u>24.150</u>	<u>38.663</u>	

31 de dezembro de 2011								
Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2015	2.412	3.066	5.478	15
Giro	R\$	1,24 a.m	1,24 a.m	2015	3.360	4.392	7.752	21
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	2,19 a.m	2015	6.487	12.117	18.604	51
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,32 a.m	CDI + 0,71 a.m	2015	<u>3.020</u>	<u>1.626</u>	<u>4.646</u>	<u>13</u>
					<u>15.279</u>	<u>21.201</u>	<u>36.480</u>	<u>100</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2012
2013	7.038
2014	11.676
2015	4.985
2016	<u>451</u>
	<u>24.150</u>

Em 30 de junho de 2012, com exceção da linha de giro, todas as demais linhas estão 100% garantidas por veículos. Não há exposição cambial de nenhuma espécie.

Combinados empréstimos, financiamentos e consórcios (vide nota 13) compõe a dívida bruta de R\$43.747 em junho de 2012 (R\$43.816 em 2011).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade leasing e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma operação vigente em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresenta cláusula de restrições, “*covenants*”.

Análise de sensibilidade

Do passivo total, apenas 10% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 30/06/2012, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de Selic de 8,5%.

Como a posição aplicadora, também indexada ao CDI, é superior à dívida bruta, cenários de *stress* de taxas de juros para este período apontam para resultados líquidos positivos como no quadro abaixo, na página seguinte.

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de Juros	8,50%	10,63%	12,75%
Varição em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(3.889)	(3.972)	(4.054)
Aplicações indexadas ao CDI	13.147	13.427	13.706
Efeito líquido patrimonial	9.258	9.455	9.652
Efeito líquido no resultado	-	197	394

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 20.

13 Consórcios a pagar

	30/06/2012	31/12/2011
	(não auditado)	
Circulante	3.038	3.071
Não circulante	2.046	4.265
	5.084	7.336

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2012
2013	1.842
2014	204
	2.046

Em 30 de junho de 2012, a Maestro possuía em seu balanço 85 veículos financiados pela modalidade de consórcio.

Estas cotas foram formadas entre Dezembro de 2009 e Julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 24.

O saldo devedor em 30 de junho de 2012 de todas as cotas era de R\$ 5.084 com prazo vencimento médio de 23 meses.

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/062012	31/122011
	(não auditado)	
Contingências cíveis	266	266

A Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 30 de junho é de R\$ 369 e estes processos estão relacionados a causas Cíveis.

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 5 em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/11	Constituição	Reversões	Saldos em 30/06/12 (não auditado)
Cíveis	266	-	-	266
Depósitos judiciais	(5)	-	-	(5)
	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>261</u>
		Cíveis		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011		266		266
Provisões constituídas durante o período		-		-
Provisões utilizadas / revertidas no período		-		-
Saldo em 30 de junho de 2012 (não auditado)		<u>266</u>		<u>266</u>

15 Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

A Companhia foi constituída em 10 de junho de 2008 com o capital de R\$ 405, representado por 405.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que foram integralizados em 10 de junho de 2008 pelas sócias quotistas Fabio Lewkowicz, Alan Lewkowicz e Natalie Lewkowicz (135.000 ações ordinárias) cada um.

Em 10 de outubro de 2011, o capital da Companhia foi aumentado em R\$ 30.130, representado por 755.402 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de aproximadamente de R\$39,88604 por ação, totalizando R\$30.130. A ações foram totalmente subscritas pelo Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet, pela Stratus Investimentos Ltda., e pela Lewco Participações e Administração Ltda (a integralizar).

Quotistas	Ações Integralizadas	Capital Subscrito
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	719.049	28.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	25.071	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	11.282	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	<u>405.000</u>	<u>405</u>
	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>

16 Receita líquida operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

Descrição	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Locação de veículos	12.427	9.242
Venda de veículos	8.392	2.825
Total da receita líquida operacional	<u>20.819</u>	<u>12.067</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Receita Bruta	21.025	12.589
Menos:	-	-
Impostos sobre vendas	(206)	(522)
Total receita líquida operacional	20.819	12.067

17 Custo de locação e venda de veículos

Descrição	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Custos de manutenção	(3.433)	(2.028)
Custos com depreciação	(2.662)	(1.942)
Custos dos veículos vendidos	(8.983)	(1.523)
	<u>(15.078)</u>	<u>(5.493)</u>

18 Despesas administrativas e gerais

Descrição	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Despesas gerais	(2.363)	(3.381)
Despesas tributárias	(11)	(18)
Despesas com pessoal	(1.962)	(404)
	<u>(4.336)</u>	<u>(3.803)</u>

19 Resultado financeiro

Receitas financeiras	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Receitas financeiras	438	-
Juros ativos	186	39
Total	624	39

Despesas financeiras	30/06/2012 (não auditado)	30/06/2011 (não auditado)
Juros passivos	(2.416)	(2.175)
Descontos concedidos	(35)	(1)
Despesas bancárias	(36)	(54)
Taxa Administração de consórcio	(103)	(236)
IOF	(1)	(25)
Total	(2.591)	(2.491)

20 Instrumentos financeiros

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	13.407	15.426
Contas a receber de clientes	5.382	4.763
Outras contas a receber	428	134
	<u>19.217</u>	<u>20.323</u>

Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivo financeiro não derivativo	30/06/2012 (não auditado)	31/12/2011
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	43.747	43.816
Fornecedores e outras contas a pagar	4.551	3.282
	<u>48.298</u>	<u>47.098</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

30 de junho de 2012 (não auditado)

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	43.747	21.297	18.036	15120	54.453
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>4.551</u>	<u>4.551</u>	-	-	<u>4.551</u>
	<u>48.298</u>	<u>21.926</u>	<u>14.953</u>	<u>14.872</u>	<u>51.751</u>

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	30/06/2012		31/12/2011	
	(não auditado)			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	13.407	13.407	15.426	15.426
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	5.382	5.382	4.763	4.763
Outros contas a receber	429	429	134	134
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	43.747	43.747	43.816	43.816
Fornecedores	3.604	3.604	2.400	2.400
Outras contas a pagar	947	947	882	882

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outros contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Vide maiores detalhes sobre gerenciamento de risco financeiro na nota explicativa nº 5.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para seus bens sujeitos a riscos, por valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Como as premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações contábeis intermediárias, elas não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Uma vez que os contratos de terceirização preveem cobertura de danos materiais e pessoais à terceiros para cada veículo locado, foi feita a contratação de apólice de seguro, nos valores de R\$ 50 para danos materiais e R\$ 100 para danos pessoais para cobertura de eventuais indenizações à terceiros advindas destes contratos de terceirização.

* * *

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Henrique Barbosa
Contador CRC RJ-098261/O-8